EUA querem que Brasil pague patentes farmacêuticas

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — A Associação da Indústria Farmacêutica dos Estados Unidos (PMA) pediu ao governo americano que abra processo contra o Brasil com base na lei de comércio, a fim de que o país passe a proteger os direitos de propriedade intelectual das fórmulas de medicamentos.

O governo brasileiro não dá patentes ou outro tipo de proteção às fórmulas de medicamentos por considerar que remédios são um patrimônio da humanidade. Apesar disso, 82% dos remédios comercializados no Brasil são fabricados por empresas estrangeiras — algumas estabelecidas no país desde o início do século — que sempre tiveram seus direitos bem tratados pelo governo e pelos tribunais. A própria Associação da Indústria Farmacêutica americana reconhece que se contam nos dedos os casos de pirataria de fórmulas de remédios no Brasil.

A petição apresentada pela associação ao representante da Casa Branca para negociações comerciais, embaixador Clayton Yeutter, visa a forçar o governo brasileiro a abrir negociações a respeito. Caso o governo Reagan atenda ao pedido do sindicato da indústria farmacêutica americana, as negociações deverão produzir resultados satisfatórios dentro de um ano. Se isso não ocorrer, a Casa Branca poderá adotar sanções contra o Brasil, na forma de barreiras aos produtos de exportação de nosso país.

O processo contra a lei brasileira de informática foi baseado no mesmo dispositivo da lei de comércio americana mas o prazo de 12 meses foi estendido no fim do ano passado e deverá vencer no fim deste mês. Até agora esses tipos de processo foram usados pelos Estados Unidos para forçar a abertura de mercados estrangeiros para os produtos americanos. Com base no capítulo 301 da lei, represálias foram impostas apenas ao Japão, mas depois de ficarem em vigor por menos de três meses foram parcialmente suspensas por Reagan no decorrer da reunião de cúpula econômica, no início desta semana.

Por vários meses, a PMA vinha insistindo junto ao governo brasileiro para que enviasse ao congresso projeto de lei estendendo proteção de patentes aosprodutos e processos farmacêuticos. Levando em conta essas pressões, foram realizadas consultas entre os dois países em dezembro, abril e no início desta semana. Na mais recente, o chefe da delegação brasileira, embaixador Marcílio Moreira, informou a Jon Rosembaum, assessor de Yeutter, que o governo Sarney não tem a menor intenção de estender a proteção de patente aos produtos e processos farmacêuticos.

Gerald Mossinghoff, presidente da PMA, afirmou que a falta de proteção dos direitos de propriedade intelectual da indústria farmacêutica constitui uma prática desleal de comércio. Ao negar patente, o governo brasileiro permite que empresas nacionais copiem processos industriais e produtos inventados e patenteados nos Estados Unidos e em outras nações, acrescentou ele. Mossinghoff alegou que a pirataria dessas fórmulas e processos vem causando prejuízos substanciais na forma de vendas e de parcela do mercado. Ele, contudo, negou-se a distribuir à imprensa ou ao governo brasileiro provas dessas perdas, alegando que a revelação desses dados prejudicaria empresas-membros da PMA. Fontes daquele sindicato limitaram-se a afirmar que, em virtude da falta de proteção de patentes, as subsidiárias de empresas americanas que operam no Brasil sofreram e deixaram de vender 160 milhões de dólares no mercado do país.

Há 18 empresas farmacêuticas americanas operando no Brasil, com um investimento de 700 milhões de dólares e 18 mil empregados locais. As matrizes dessas empresas venderam 51 milhões de dólares às suas subsidiárias brasileiras em 1985. Por sua vez, essas subsidiárias venderam um total de 600 milhões de dólares de produtos farmacêuticos no mercado brasileiro. Em escala mundial, as cem principais empresas americanas do setor venderam 33 bilhões de dólares em 1985.

□ **O Brasil invoca a Convenção de Paris, que tem mais de 100 anos, para responder às acusações da indústria de remédios dos Estados Unidos de que está existindo prática desleal de comércio. De acordo com o Itamarati, a posição brasileira tem amparo no direito internacional, não é nova e não rompe com tratados internacionais. Há 10 anos está em andamento processo de revisão da Convenção de Paris, foro que o governo julga mais adequado para resolver o impasse.**

Técnicos do governo também lembram que a indústria nacional de medicamentos tinha 50% do mercado nacional há 20 anos e hoje detém apenas 15%. Essa perda ocorreu justamente no período em que o Brasil optou por não proteger as patentes do setor.

Brasil inicia hoje em Paris difícil negociação econômica

BRASÍLIA — Emissários do governo brasileiro iniciam hoje em Paris entendimentos cruciais para o reescalonamento da dívida externa. A viagem do embaixador Rubens Barbosa, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, foi antecipada e ele já começa hoje à tarde reuniões com os países credores do Clube de Paris.

Havia esperanças no governo brasileiro de que a reunião dos sete industrializados ocidentais, encerrada na quarta-feira em Veneza, trouxesse alguma indicação de mudança de atitude frente aos países endividados. O grupo de nações latinas reunidas pelo Consenso de Cartagena chegou a enviar uma mensagem pedindo compreensão para suas dificuldades e tratamento político da questão do endividamento, mas obteve como resposta apenas o mesmo receituário defendido pelos industrializados desde 1983: tratamento caso por caso, ao contrário de soluções políticas abrangentes.

Sem poder pagar agora também aos credores oficiais — o acordo de 20 de janeiro previa a amortização do principal da dívida oficial a partir de 1º de julho — o governo brasileiro espera que a urgência de seu caso provoque algum tipo de flexibilidade nos governos credores. Mas os próprios negociadores consideram a posição do Brasil muito difícil, sem um plano econômico interno e sem qualquer relatório do FMI.

— Acho errado partir assim para a negociação com o Clube de Paris — dizia ontem graduado integrante da antiga equipe de negociadores da dívida externa brasileira.

O principal argumento nesse sentido é uma carta de 18 de dezembro do ano passado, assinada por Denis Samuel-Jeunessem, secretário do Clube de Paris. Os dois últimos parágrafos dessa carta afirmam que a assinatura de um acordo entre o Brasil e o Clube (o que ocorreu em janeiro) teria impacto favorável sobre a rápida normalização das relações financeiras com o Brasil. Mais adiante, a carta do Clube afirma que "numerosos países credores indicam sua vontade em retomar gradualmente os créditos conforme nossas regras normais, a partir da conclusão de tal acordo". Isto, argumenta o governo brasileiro, era uma obrigação que não foi cumprida.

Em Paris, o governo brasileiro pretende agora obter a suspensão dos pagamentos de juros e principal da dívida oficial de 1987, num total pouco superior a 1 bilhão de dólares. Importantes assessores do ministro reiteram a decisão de não recorrer formalmente ao FMI e já se mostram irritados com o que qualificam de "patrulhamento" por parte de parlamentares do PMDB. Eles insistem que Bresser Pereira não pretende alterar os instrumentos fundamentais da política de renegociação de seu antecessor — ou seja, a moratória e a recusa em aceitar o monitoramento do FMI.

— Nós não vamos pedir ao FMI qualquer monitoramento. São os credores externos que estão pedindo isso. Pois bem, se eles precisam de algum tipo de relatório para justificar suas decisões e solicitam a uma equipe do fundo que o realize, também não temos nada contra, pois são eles e não nós que estamos pedindo isso" — adiantou um assessor de Bresser Pereira.

□ **Pesquisa sobre investimentos americanos e os contínuos problemas econômicos na América Latina, "realizada pelo Council of the Americas, que congrega 190 empresas, mostrava o Brasil em 1986, como o mais atraente para investimento, seguido à distância pelo México. Foram consultadas 150 empresas, das quais 50 responderam à pesquisa, indicando que estavam aparentemente conseguindo gerenciar a crise da América Latina em suas operações, embora não estivessem muito otimistas sobre o curto e médio prazos. As respostas revelam que considerações macroeconômicas são importantíssimas como fator de planejamento. Ou seja, as empresas se ajustam às regras, desde que elas não sejam constantemente alteradas. Regras mais estáveis poderiam resultar em um impacto positivo na análise de investimentos.**